




SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO SERVIÇO SOCIAL, POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS


Mobilizadas/os pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), nos reunimos nos dias 14 e 15 de julho de 2022, de forma presencial e remota, na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, mais de sete mil participantes sintonizadas/os no Seminário Latino-Americano e Caribenho Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos. Nosso seminário, inédito para o Serviço Social brasileiro, latino-americano e caribenho, contou com a representação de membros da Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Alaeits) e da Federação Internacional de Assistentes Sociais (Fits/América Latina e Caribe), com o objetivo de ampliar os diálogos acerca das lutas dos povos indígenas e construir uma agenda de compromissos pela nossa categoria profissional.

Articulando as vozes de representantes das organizações brasileiras e internacionais com os cânticos das rezadoras e rezadores Avá-Guarani da região Oeste do Paraná, a abertura oficial do seminário explicitou a posição política do Serviço Social como uma profissão organicamente vinculada à luta em defesa dos direitos dos povos originários do nosso continente.

Pautando temas como “As expropriações e luta pela terra dos povos originários na América Latina, Caribe e Brasil: desafios em tempos de neoconservadorismo” e “Movimentos indígenas e a luta por direitos, (des)proteção social e retrocessos de direitos”, o seminário refletiu e evidenciou as marcas históricas e estruturais de expropriação e de genocídios das populações ameríndias, intimamente associadas pelo avanço do capitalismo neoliberal no continente, assim como das estratégias de resistência física, cultural e territorial pelas organizações e movimentos indígenas em Abya Yala.

Ao debater sobre “A formação e a intervenção profissional e os povos indígenas: desafios para o fortalecimento do projeto ético político”, evidenciamos a importância de refletir a questão indígena numa perspectiva crítica e incidir nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e da pós-graduação em Serviço Social, e no cotidiano do exercício profissional, contando com o diálogo e o protagonismo fundamental de profissionais







indígenas em Serviço Social e das organizações e movimentos sociais dos povos originários. Faz-se necessário que avancemos na defesa dos seus direitos, que há mais de 520 anos, lutam e resistem no seu direito mais básico: o direito à existência. Destacamos a necessidade de assumir a luta dos povos indígenas como uma luta dos coletivos do Serviço Social em toda a América Latine e Caribe. Lutar pela demarcação dos territórios indígenas, pela ampliação de acesso às políticas sociais específicas de assistência social, de saúde e de educação, pelo fortalecimento das ações afirmativas em ampliar o ingresso e a permanência dos povos originários na educação superior pública e nos espaços sócio-ocupacionais em que a profissão historicamente está inserida.

Assumimos e reafirmamos princípios que vêm sendo construídos pelas organizações e movimentos indígenas, dentre eles:

- Defesa das lutas pela demarcação dos territórios indígenas;
- Conhecer e respeitar as diferentes cosmologias indígenas e a história de cada povo, suas culturas, crenças, modos de vida e organizações sociais e políticas próprias;
- Reconhecimento e garantia do protagonismo e participação indígena na proposição, elaboração, planejamento e avaliação de políticas sociais;
- Superação da visão integracionista e tutelar, que ainda constitui as organizações governamentais e não governamentais na relação com os povos indígenas;
- Efetivação dos direitos indígenas presentes nos marcos legais nacionais e internacionais, tais como nas Constituições Nacionais, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outras, que garantem a consulta e a participação ativa e direta dos povos indígenas;
- Diálogos permanentes com as organizações e movimentos sociais indígenas, bem como com seus representantes nos territórios indígenas;
- Superação de todas as expressões do racismo contra os povos indígenas e comunidades tradicionais.

As reflexões e debates realizados provocaram a proposição de uma agenda para as organizações representativas do Serviço Social brasileiro e internacional, sinalizando os seguintes pontos:



- 
1. Propor a criação de espaços de debate sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos na América Latina e Caribe, em conjunto as organizações internacionais, nacionais e regionais;
 2. Constituição de uma rede latino-americana e caribenha de Serviço Social e Povos Indígenas, articulando esforços de organizações de assistentes sociais indígenas e não indígenas;
 3. Elaboração de documentos orientadores para atuação profissional junto aos povos indígenas, considerando a diversidade étnica, linguística e territorial nos distintos países da América Latina e Caribe;
 4. Fomentar a produção e disseminação acadêmica acerca do Serviço Social e Povos Indígenas nos periódicos da nossa área de conhecimento;
 5. Visibilizar a questão indígena por meio de estratégias de comunicação, dando a conhecer as realidades e as lutas dos povos indígenas na América Latina e Caribe;
 6. Desenvolvimento de uma agenda de ações voltadas à educação permanente junto às organizações profissionais acerca da questão indígena;
 7. Fomentar e fortalecer a participação de assistentes sociais indígenas nos espaços de representação da categoria profissional.

Esta agenda coletiva de compromissos evidencia as intenções de que as lutas e resistências históricas dos povos originários na América Latina e Caribe devam ser espalhadas e incorporadas internacionalmente numa perspectiva crítica, dialógica e emancipatória.

